



**MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO**  
**FABS-RPPS**

Aos treze dias do mês de agosto de 2015, reuniram-se os membros do COADFABS, nomeados pelas Portarias nº 69/SG/14:

Luiz Ghellar, Eliseu Morin, Rosemari Machado, Michael Gindri Bueno, João Batista Rodrigues da Silva, Renato Alves Ribas, Jeferson Toniazzi, Alfredo Amaral Obregon, Sandra Maria Back Ferreira, Guilherme Rademacher Aiolfi, Gilberto Bomm. A reunião tem por finalidade fazer uma avaliação do primeiro semestre de 2015. Bimestralmente os relatórios previdenciários são repassados aos conselheiros, através do email do grupo e demais informações pertinentes ao RPPS. A gestora financeira e conselheira, explanou sobre as aplicações conforme determinado na política de investimentos para 2015, diversificando os fundos onde fazem os investimentos, procurando adequar-se à alta volatilidade do mercado. O ano de 2015, como é de amplo conhecimento está sendo um ano de readequações na economia, com alta inflacionária e de juros, baixa expectativa para o PIB, bolsa na casa dos 50 mil pontos, incertezas quanto ao prazo para retomada de crescimento, ainda há as questões do mercado e investidores externos; enfim todos os itens em algum momento interferem nas rentabilidades das aplicações financeiras do RPPS. Com a Inflação fechando no ano de 2015 na casa dos 6,83% em julho/2015, os fundos tipo IPCA - estes fundos normalmente são fechados, com prazo determinado- vem apresentando rentabilidades na casa dos 10% no período, os IMA, IRFM oscilam bastante, sendo que em alguns meses são alternativas com maiores aportes de investimentos, e possibilitam a entrada e saída a qualquer momento dos mesmos, os DI, vem apresentando performance parecidas aos IMA. Em 30/06/2015, conforme DAIR, o FABS, estava com recursos aplicados em 45 modalidades de fundos de investimentos nos três bancos (Banrisul, CEF e Banco do Brasil), totalizando R\$37.010.667,09. Os parcelamentos ( R\$447.456,32 em 06/2015) vem sendo pagos regularmente pelo Executivo, assim como os repasses provenientes das alíquotas do Executivo e Legislativo vem sendo recolhidas nas datas devidas( R\$ 1.496.332,21). As demais receitas efetivas foram de compensação previdenciária e rentabilidades (R\$312.348,42); TOTAL DAS RECEITAS: 2.256.136,95. A folha de pagamento em 06/2015 importou em R\$ 1.545.983,17. Receitas menos a despesa de folha R\$710.153,78. Pode ter pequenas variações nesses dados, mas nada muito substancial. Foi salientado que a receita que mais varia é a relativa as rentabilidades, ainda sobre os parcelamentos, que no fim de 2015, serão concluídos e que em 30/06/2015 geraram uma receita de R\$395.018,56. Estando previsto até o momento a substituição dessa receita pelo acréscimo de alíquota suplementar dos atuais 21 % para 26% (conforme Lei

*[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.]*

Municipal 3.928/2014), ou seja, um acréscimo de 5% na alíquota patronal suplementar. Analisando as bases de cálculo sobre as quais incidem as alíquotas (3.377.722,94 - DIPR), isso daria R\$168.886,14, portanto, longe de alcançar o montante dos parcelamentos que irão findar. Contudo é necessário aguardar o cálculo atuarial, para analisar com maior profundidade o impacto desses números. Quanto ao cálculo atuarial, O MPS, prorrogou novamente a apresentação do DRAA, em função de alterações que vem sendo feitas na legislação referente ao assunto<sup>1</sup>. Foram debatidos os assuntos em pauta, sanando dúvidas e perspectivas para o ano em curso, sem nada a acrescentar em ata.

Nada mais havendo a contar encerra-se a presente ata, que vai devidamente assinada.

Luiz Ghellar

Eliseu Morin

Rosemari Machado

Michael Gindri Bueno

João B. r da Silva

Renato Alves Ribas

Jeferson Toniazzo

Alfredo A. Obregon

Gilberto Bomm

Sandra Maria Back Ferreira

Guilherme Rademacher Aiolfi

PRESENTES:

Renata bohn

jeferson Maurício Renz

<sup>1</sup> Art. 3º A Portaria MPS/GM nº 204, de 10 de julho de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. Fica prorrogado para 30 de novembro o prazo previsto no inciso I do § 6º do art. 5º para o encaminhamento à SPPS do DRAA, no exercício de 2015." (NR)